



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no Âmbito da Situação de Emergência

Maputo, 14 de Fevereiro de 2023

Moçambicanas e Moçambicanos!

Compatriotas!

O país está a atravessar momentos delicados, causados por inundações que afectam várias áreas do território nacional, com impacto na nossa economia, saúde e bem-estar do povo moçambicano.

Notamos, com muita tristeza, a perda de dezenas de vidas humanas, associadas às intempéries. Para as famílias que perderam os seus entes queridos, endereço, em nome do Governo de Moçambique e em meu nome pessoal, as mais sentidas condolências.

Transcorridos cerca de 4 meses e meio desde o início, a 1 de Outubro de 2022, da presente época chuvosa e ciclónica 2022-2023, este segundo trimestre, tem sido caracterizado pela queda de chuvas intensas em quase todo o território nacional.

As bacias do Zambeze, Maputo, Umbelúzi e Incomáti atingiram níveis de alerta.

Associado a este fenómeno, regista-se também uma elevada frequência de descargas atmosféricas que, neste momento, representam a maior causa dos óbitos que se têm registado nos últimos 5 anos nesta época.

A título demonstrativo, durante o intervalo a que me refiro, isto é, de 1 de Outubro a 13 de Fevereiro, registou-se um total de 93 óbitos. A província de Manica com mais óbitos em número de (20), Zambézia (18), Niassa (12), província de Maputo (10), Sofala (07) e Maputo Cidade (02). Destes, 68 foram causados por descargas atmosféricas, 9 por afogamento, 9 por desabamento de paredes, 5 por incêndios em residências e 2 por electrocução.

Moçambicanas e Moçambicanos!

Como podemos constatar, a situação de emergência ocorre quase em todo território nacional.

Contudo, na semana de 06 a 12 de Fevereiro, a província e Cidade de Maputo foram assoladas por chuvas intensas que causaram inundações em zonas urbanas e cheias nas bacias dos rios Umbelúzi e Incomáti.

Estas chuvas foram originadas por um sistema de baixas pressões que esteve estacionário entre África do Sul, Eswatini e a parte sul de Moçambique. A precipitação acumulada em Maputo foi de 200 a 370 milímetros em 7 dias. Aqui, importa destacar que a precipitação média mensal do mês de Fevereiro em Maputo é de cerca de 130 milímetros.

Portanto, em uma semana choveu quase três vezes mais do que toda a precipitação prevista para o mês de Fevereiro.

Estas descargas têm impacto directo em Moçambique por se localizar à jusante das bacias hidrográficas de vários rios, com destaque para os rios Incomáti e Umbelúzi.

Como resultado, registou-se um rápido incremento dos escoamentos dos rios Umbelúzi e Incomáti e, conseqüentemente, do volume de armazenamento da barragem dos Pequenos Libombos, com uma afluência máxima de 3.850 m³/s, ultrapassando o nível de 117% da sua capacidade máxima de armazenamento para ser operado com segurança.

Sendo esta uma barragem de terra que, em momento nenhum, deve ser galgada, sob risco de colapso e danos incalculáveis, foi tomada a medida de otimizar as descargas, para garantir a segurança da infra-estrutura e evitar no máximo perdas de vidas humanas.

De igual modo, a barragem de Corumana, sobre o rio Sabié, afluente do rio Incomáti registou incremento significativo do seu volume de água, tendo atingido pela primeira vez a cota de 114 m, nível máximo admitido para a operação segura desta barragem.

A situação hidrológica acima descrita, levou o Governo, através das entidades competentes, a emitir comunicados, avisos prévios, incluindo a convocação de uma conferência de imprensa, com o objectivo de sensibilizar as populações para tomada de precauções e abandono das zonas de risco.

Ainda assim, os gestores de recursos hídricos foram obrigados a accionar medidas que visam:

- i. Elaborar um aviso para a retirada imediata da população em zonas de risco a jusante da barragem dos Pequenos Libombos e ao longo das baixas do rio Incomáti;
- ii. Optimizar as descargas para evitar perdas de vidas humanas, o que foi feito através de escalonamento das descargas para dar tempo, à população, de se retirar das regiões de risco; e
- iii. Optimizar as descargas para garantir a segurança da infra-estruturura da barragem dos Pequenos Libombos.

Como consequência da situação hidrológica prevalecente, o Rio Umbelúzi provocou, desde o dia 09 do presente mês, inundações de magnitude alta nos povoados de Campoane, Massaca I, Manguza, Círculo Gimo e Xinonaquila e Vila de Boane.

O Rio Incomáti provocou inundações de magnitude alta nos povoados localizados em zonas baixas, nomeadamente, Heróis Moçambicanos, Muchapo, Bairro 1, Bairro 4, Macubulana, Maguiguana, Bairro 5, Mulemane, Chicutso, Panjane-Sede, Chivonguine; Galana; Mangavilana, Chichongue, Bairro 6, Bairro 7, Sambo, Chimovana, nos Distritos de Magude e Manhiça, respectivamente.

Nas **regiões Centro e Norte do país**, a nossa atenção está sob as bacias hidrográficas dos Rios Zambeze, Lúrio, Megaruma e Rovuma, por já terem atingido o nível de alerta.

O Rio Zambeze regista oscilação entre 4180 para 3435 m³/s, tendo registado um pico de 6200 m³/s. Neste momento, os níveis de água apresentam tendência a baixar em Zumbo e Mutarara e a subir em Caia e Marromeu, mantendo-se em alerta sem impactos significativos.

Na **região Norte**, as bacias hidrográficas dos rios Lúrio, Megaruma e Rovuma registam tendência a subir, mantendo-se em alerta sem impactos significativos.

Compatriotas!

Visitámos hoje os distritos de Matutuíne, Namaacha, Boane, Manhiça e as Cidade da Matola e de Maputo.

Como resultado do impacto das inundações na Província de Maputo (Distritos de Boane, Moamba, Magude e Manhiça), Cidades da Matola e de Maputo, causadas pelas chuvas que se fizeram sentir entre os dias 7 e 11 deste mês, associadas ao alto nível de escoamento nas bacias hidrográficas dos rios Umbelúzi e Incomáti, tivemos danos humanos, materiais e óbitos a lamentar.

Dados preliminares, actualizados até ao dia 13 de Fevereiro corrente, apontam para um registo de:

- a) Cerca de 39.225 pessoas afectadas, ou seja, cerca de 7.845 famílias, sendo 21.215 pessoas afectadas na Cidade de Maputo e 18.010 pessoas na Província de Maputo;
- b) Na Província de Maputo, o distrito de Boane tem o maior número de afectados, com cerca de 13.000 pessoas. Os restantes distribuem-se pelos distritos da Manhiça, Magude, Namaacha, Matutuíne e Moamba;
- c) Registámos, igualmente, a destruição parcial de 28 casas, um total de 3 casas totalmente destruídas e 7.612 casas inundadas.

Importa referir que estes eventos extremos tiveram impacto nas infra-estruturas económico-sociais, onde dados preliminares indicam que:

- **Na Educação:**

- a) Na Cidade de Maputo, 139 escolas (entre primárias e secundárias) foram afectadas com um total de 236.313 alunos, 8 mil professores e 2 mil funcionários não docentes. Destas, 13 escolas, sendo 1 secundária e 12 primárias estão em situação crítica, deixando um total de 18.225 alunos sem condições de receberem aulas, 377 professores e 115 funcionários não docentes sem acesso à escola;
- b) na Província de Maputo, de um total de 545 escolas, entre primárias e secundárias, 163 escolas foram afectadas com um total de 614.074 alunos. Destas, 43 escolas estão em situação crítica, deixando um total de 100.157 alunos sem condições de receberem aulas, 2.517 professores e 275

funcionários não docentes sem acesso à escola. Em toda a província, 11 escolas funcionam como centros de acolhimento.

- **No sector dos Combatentes:** no Distrito de Boane, foram atingidas 80 casas, das quais 15 ficaram destruídas e as restantes ficaram submersas, totalizando 386 combatentes afectados. Das casas submersas, 5 pertencem a Combatentes com deficiência profunda.

- **Na área da Energia:** estima-se que cerca de 18.500 consumidores de 3 linhas principais da subestação de Boane, nomeadamente, Boane-Changalane, Boane-Makanda e Boane-Mazambanine, foram afectados, quer por queda de postes, desligamento de alguns postos de transformação, por razões de segurança e avaria de 3 transformadores na Machava e Boane.

- **Na área da Agricultura:** foram inundados 40.635,9 hectares, dos quais 14.125 hectares são dados por perdidos, tendo afectado 30 mil famílias. Estes indicadores mostram tendência de crescimento exponencial, dada a gravidade da situação em alguns distritos como Boane, Namaacha, Moamba e Matutuíne.
 - No âmbito da implementação do Programa SUSTENTA, 15 Pequenos Agricultores Comerciais (PACE's) e 138 Pequenos Agricultores (PA's) foram afectados pelas inundações em Magude, Namaacha, Marracuene e Manhiça.
 - Em relação aos equipamentos agro-mecânicos e regadios, destacam-se 110 motobombas afectadas, sendo 47 em Moamba, 29 em Namaacha, 6 em Magude e 28 em Boane; 20 regadios, sendo 3 na Manhiça, 3 em Namaacha, 3 em Matutuíne, 7 em Magude e 4 em Boane, também foram afectados, para além de outros meios de produção.
 - Na área da pecuária, foi inundada uma área total de pastagem de 9.841,2 hectares, estando em risco 77.874 bovinos e 26.235 pequenos ruminantes. O registo, ainda preliminar, confirma a morte de 457 bovinos, 246

pequenos ruminantes, 20,2 mil frangos e 176 suínos. Estão inundados 752 currais, 15 tanques carracidas, 40 mangas de tratamento e 235 aviários.

- **No sector das Pescas:** constatou-se o desaparecimento de 70 embarcações e 300 artes de pesca, para além de 4 tanques piscícolas inundados no distrito da Matola e 10 gaiolas piscícolas destruídas em Magude.

- **No sector de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos,** registámos:
 - i. intransitabilidade em cerca de 10 vias de acesso; ii. destruição da ponte metálica sobre o rio Umbelúzi, em Mafavuca, no distrito de Boane; iii. corte da ponte sobre o rio Impaputo, no distrito de Namaacha; iv. desabamento da ponte sobre o Rio Kalachane; v. submersão da estação de captação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) em Moamba; vi. ameaça de interrupção ou restrição de abastecimento de Água, em Ressano Garcia (Moamba), vii. 19 Motobombas submersas, e viii. Submersão do pequeno sistema de Goba.

- **No sector dos Transportes e Comunicações:** i. soterramento da linha férrea Ressano Garcia devido ao galgamento causado pelo rio Movene; ii. galgamento da linha férrea de Goba pelas águas, deixando a linha suspensa.

- Na **área de Abastecimento de Água,** registámos uma redução significativa do fornecimento deste líquido vital, por um lado, devido ao arrastamento de bombas em algumas estações de bombagem e de tratamento de água e, por outro, devido à queda de postes de energia, o que cria a paralisação total do sistema em toda cadeia de produção, tratamento, adução e armazenamento da água.

Como consequência, as cidades de Maputo, Matola, os distritos de Boane, Matutuíne, Namaacha e Moamba entraram num ciclo de restrições na distribuição da água de 9.200m³/hora para 7.200m³/hora, em particular nas cidades de Maputo, Matola e em Boane.

Entretanto, enquanto a situação persiste, temos vindo a monitorar a qualidade de água fornecida aos consumidores através de testes rápidos de qualidade, onde se pode corrigir a turvação e os principais parâmetros químicos e biológicos para a potabilidade da água.

Compatriotas!

No âmbito da resposta a estas inundações, que assolaram a província de Maputo e a Capital do país, destacam-se as seguintes acções:

- i. Visita de Monitoria do Primeiro-Ministro, de nível central, às zonas e pessoas afectadas, no distrito de Boane e na Matola;
- ii. Apoio directo às estruturas da província de Maputo, pelo INGD, concretamente, os distritos de Boane, Moamba, Magude, Manhiça e a Cidade de Maputo;
- iii. Intensificação da sensibilização da população para o abandono das zonas de risco;
- iv. O resgate de 15.543 pessoas que se encontravam em locais críticos nos distritos de Boane e Moamba, numa intervenção conjunta entre Governo, através da UNAPROC, parceiros, sociedade civil e populares;
- v. Estabelecidos 13 centros de acolhimento, sendo 11 na província de Maputo e 2 na cidade de Maputo, abrangendo 2.918 famílias, ou seja, 14.792 moçambicanos;
- vi. Elaboração do plano de resposta conjunto, Governo e Parceiros, para assistir cerca de 53.000 pessoas em bens alimentares durante 7 dias, 53.000 pessoas em água e saneamento e 1.000 famílias em bens de abrigo;
- vii. Alocação de um helicóptero, uma viatura anfíbia e 22 embarcações nos locais considerados de risco, para o resgate das pessoas sitiadas e em zonas de risco, bem como para a assistência humanitária nos distritos de Boane, Namaacha, Moamba, Magude e Manhiça;
- viii. Envolvimento de mais de uma centena de membros das Forças de Defesa e Segurança, para além dos que compõem a UNAPROC, 20 nadadores salvadores, dentre outros voluntários da sociedade civil e sector privado para o processo de resgate;

- ix. Em coordenação com os Municípios da Matola e de Maputo, decorre a Sucção e bombeamento das águas e desobstrução das valas de Drenagem;
- x. Alocação de Cloro e Certeza para o tratamento de água nos locais mais críticos;
- xi. Assistência em bens alimentares e não alimentares às pessoas nos centros de acolhimento;
- xii. Distribuição de redes mosquiteiras aos afectados e entrega de kits (mantas, esteiras, produtos de higiene diversos);
- xiii. Alocação de uma ambulância 24/24 horas para garantir a transferência de doentes de Boane para Matola ou para a Cidade de Maputo;
- xiv. Activámos os Planos de Contingência Nacional e de Gestão da Barragem dos Pequenos Libombos para reduzir o risco de perdas de vida e impactos nas infra-estruturas;
- xv. A monitoria conjunta, Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), sobre a evolução do estado do tempo e das bacias hidrográficas de forma periódica, o que permite actualizar constantemente as intervenções no terreno e os planos de resposta.

Moçambicanas e Moçambicanos!

- **No Sector da Saúde**

A saúde é um dos sectores severamente afectados pelas calamidades naturais, cuja frequência tem aumentado nos últimos anos.

As calamidades naturais originam traumas físicos e psicológicos, assim como propiciam o aumento de casos de malária e de doenças diarreicas, incluindo a cólera. Este aumento é

agravado pelo deficiente saneamento do meio, por práticas incorrectas de higiene individual e colectiva, entre outros factores.

Em relação à cólera, desde Setembro de 2022, altura em que iniciou o actual surto até ao dia 13 Fevereiro de 2023, foram notificados 4.400 casos, dos quais 3.869 foram reportados em 2023. No mesmo período, foram registados 32 óbitos, dos quais 24 em 2023. Ainda assim, a cólera apresenta uma taxa de letalidade geral de 0.7%, mercê do trabalho intenso do nosso sistema de saúde.

O número de distritos afectados pela cólera aumentou de três, na primeira semana do corrente ano, para 26 distritos no presente momento.

Em relação à malária, no último trimestre de 2022, foram registados cerca de 2.9 milhões casos contra 2.2 milhões em igual período de 2021. No mesmo período, o número de óbitos aumentou de 71 para 83. De Janeiro de 2023 até ao presente momento, já registámos cerca de 1,4 milhões de casos e 35 óbitos por malária. Este indicador não é nada bom.

Contudo, o sector da Saúde está a implementar um plano de mitigação e resposta para as doenças prevalentes na época chuvosa, com particular destaque para doenças diarreicas, cólera e malária. As medidas incluem, entre outras, as seguintes:

- a) Distribuição atempada de medicamentos e insumos para o combate à malária e doenças diarreicas;
- b) Distribuição de redes mosquiteiras de substituição nos centros de acolhimento e locais de reassentamento das populações deslocadas;
- c) Destacamento de equipas móveis e instalação de postos avançados para prestar assistência médica e medicamentosa às populações afectadas pelas inundações;
- d) Mobilização de vacinas contra a cólera para a imunização das populações afectadas;
- e) Fortalecimento da vigilância epidemiológica, com particular destaque para as zonas afectadas pelas inundações; e
- f) Reforço das acções de educação para a saúde nos locais afectados.

Face ao surto de cólera no país, reforçámos a vigilância sanitária, com campanhas de consciencialização das comunidades para a prática de hábitos de higiene e saneamento condigno.

Caras e Caros Moçambicanos;

Compatriotas!

Estes fenómenos, afectam o nosso tecido social e desaceleram o crescimento da nossa economia, destacando-se os danos nas infra-estruturas viárias, de abastecimento de água, de saneamento, de electricidade, entre outras.

Face a situação de emergência no país, até este momento em que decorre o processo de assistência humanitária aos afectados pelas inundações, afiguram-se como principais desafios os seguintes:

- a) Criação de condições para desactivação gradual dos Centros de Acolhimento, como forma de evitar a contaminação por doenças de origem hídrica e outras doenças que possam ocorrer, por um lado, e permitir que, de forma paulatina, as pessoas reconstituam as suas vidas;
- b) Priorizar a assistência humanitária para os grupos mais vulneráveis;
- c) Assegurar a retoma das aulas e de outras actividades críticas nos locais afectados;
- d) Assegurar medidas de segurança nos centros transitórios e de abrigo temporário, por forma a evitar situações de violência baseada no género e de outro carácter;
- e) Assegurar a realização da avaliação rápida multisectorial para apurar as reais necessidades em tempo útil, evitando a sobreposição de dados;
- f) Consciencializar os parceiros para a necessidade de mobilização de sementes para potenciar a 2ª época da campanha agrícola;

- g) Necessidade de mobilizar recursos financeiros para a reparação rápida das infra-estruturas sociais danificadas pelas inundações;
- h) Transferir, de forma definitiva, as populações residentes em zonas de alto risco para zonas seguras. Neste aspecto, será determinante o papel das autoridades e lideranças locais. Não podemos estar constantemente, a reassentar as mesmas pessoas, nem podemos ver pessoas a edificarem em zonas por onde passa normalmente água ou que estão sujeitas a inundações e ficarmos indiferentes. Temos e devemos implementar as normas existentes sobre esta matéria;
- i) Garantir a mobilização de recursos financeiros para a manutenção e mobilização rápida e/ou aquisição de meios aéreos, marítimos para assegurar as acções de evacuação, busca e salvamento em situações futuras;
- j) Cumprir as medidas de prevenção de doenças e promoção de saúde;
- k) Mais importante ainda é prestar atenção às mensagens divulgadas pelas autoridades competentes, no que diz respeito à previsão do tempo e às medidas de segurança individual e colectiva.

Compatriotas!

Os desafios que elencámos só serão superados, se adoptarmos medidas proactivas.

Neste sentido, o Governo decidiu:

- a) Criar equipas de trabalho ao nível do Governo Central para acompanhar a situação no terreno e reportar periodicamente ao Conselho de Ministros;
- b) Posicionar Brigadas Técnicas da Administração Nacional de Estradas (ANE) e Empreiteiros pré-mobilizados que estão no terreno a realizar os trabalhos necessários para garantir as condições mínimas de transitabilidade nas estradas;

- c) Proceder ao levantamento dos danos e perdas, com vista à reposição das infra-estruturas afectadas e normalização do serviço de abastecimento de água;
- d) De modo a assegurar que as escolas se reorganizem para a retoma e decurso normal das aulas, designadamente, na realização de limpeza das salas e do recinto escolar, limpeza de fossas, arrumação do mobiliário e do material didáctico, decidimos atribuir a responsabilidade às estruturas locais para decidir sobre a suspensão de aulas presenciais, nas instituições públicas e privadas, dos Subsistemas de Educação Pré-Escolar, Educação Geral, Educação de Adultos e Educação e Formação de Professores do Sistema Nacional de Educação, no período de 13 a 19 de Fevereiro, na Cidade e Província de Maputo, mediante a realidade de cada escola;
- e) Elaborar o plano de compensação do tempo perdido na interrupção nos períodos de interrupções lectivas entre os trimestres;
- f) A reemissão gratuita, nos próximos 3 meses, de todo o tipo de documento, ligado ao sector dos transportes, isto é, carta de condução, livretes, licenças e outros, destruídos pelas enxurradas, para as pessoas afectadas, devidamente identificadas;
- g) O transporte público dos passageiros afectados, de e para o Município de Boane, sofrerá uma redução de 50% nos próximos 3 meses;
- h) Providenciar sementes de hortícolas para as famílias afectadas e coordenar a concessão de crédito junto da banca comercial, para os produtores comerciais das áreas afectadas;
- i) Alocar 150 metros lineares de pontes metálicas que estão no Distrito de Dondo para substituir provisoriamente as pontes de Kalachene e Impaputo;
- j) Transporte, sem custo, pelo CFM, de pessoas e bens, devidamente identificados como pertencentes a vítimas das enxurradas, durante os próximos 3 meses.
- k) Alocar ao mecanismo existente para a mitigação e gestão de riscos de desastres um total de 260 Milhões de Meticais, correspondendo a 80% da verba programada no PESOE 2023.

- l) Por seu turno, no quadro da colaboração com o Banco Mundial, foram desembolsados 306,5 milhões de Meticais, assegurando-se assim que o INGD possa dispor de fundos para atender situações de emergência.
- m) Alocar um fundo adicional de 10,0 Milhões de Dólares, pelo Governo para responder às necessidades imediatas de reconstrução no pós-emergência.
- n) Paralelamente, orienta às áreas responsáveis a prosseguirem com os contactos com o corrector do seguro para avaliar as possibilidades de activação, tendo em conta os critérios estabelecidos na respectiva apólice.
- o) O Governo decidiu ainda orientar a realização do Conselho Coordenador de Gestão de Risco de Desastres amanhã, dia 15 de Fevereiro, com o carácter urgente para proceder à avaliação da situação de emergência e recomendar sobre as decisões a tomar para atender ao impacto que estas situações estão a causar na vida das pessoas e ao normal funcionamento das áreas afectadas.

Moçambicanas e Moçambicanos;

Compatriotas!

Queremos enaltecer a pronta resposta do Centro Nacional Operativo de Emergência, organismo responsável pela gestão de emergências, composto por todos os sectores governamentais, equipe humanitária, sociedade civil, academia, bem como o movimento de solidariedade nacional, por se terem constituído como um elemento primordial no desencadeamento de acções que visaram a redução do risco de perda de vidas humanas.

Queremos ainda destacar a visível e activa participação dos grupos de cidadãos, associações, religiosos e demais forças vivas da sociedade nas operações de busca e salvamento, monitoria permanente do evento, assistência humanitária nos centros transitórios, acolhimento das pessoas afectadas, assim como assistência médica aos afectados.

Enaltecemos o papel crucial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique na disponibilização de meios e no resgate dos nossos compatriotas.

Saudamos, igualmente, os nossos parceiros de cooperação que, desde os primeiros minutos, se juntaram aos esforços do Governo, através do INGD, para responder a esta situação de emergência. O que se notou é que unidos, o Governo, os parceiros e a sociedade civil, somos muito mais fortes.

Apelamos a todas as instituições e pessoas de boa fé para que, doravante, canalizem os apoios recebidos ao INGD, por forma que os mesmos sejam disponibilizados em tempo útil e de forma racional e equilibrada a quem deles mais necessita.

Este apelo resulta do facto de haver contribuições que são voluntariamente canalizadas para um grupo de afectados por diversas vezes, quando poderiam ser melhor orientados para quem está numa condição de maior necessidade.

Exortamos às pessoas que continuam na estação de Mazambanine, 3 de Fevereiro e na Manhiça e em outros locais de risco potencial, a obedecerem às recomendações das autoridades locais, pois entre a vida e os bens, devemos valorizar sempre a vida.

De igual modo, queremos apelar aos nossos compatriotas para que não tenham pressa em regressar às zonas de risco, sem que tal seja aconselhado pelas autoridades locais.

Exortamos ainda, aos fornecedores privados de água a terem compaixão com o nosso povo e a fornecerem água de forma gratuita aos afectados, pois sem água não há vida.

Temos conhecimento de que há casos de alguns indivíduos mal-intencionados que vandalizaram instalações de distribuição de água, causando um retrocesso no desenvolvimento e no provimento deste precioso líquido a quem mais precisa.

Orientamos as autoridades da Lei e Ordem para não ficarem alheios a este tipo de manifestação de pessoas que atentam contra o nosso desenvolvimento, estragando um bem comum.

Caros Compatriotas!

O futuro da época chuvosa e ciclónica 2022/2023 continua ainda incerto, principalmente considerando que há indicações de ocorrência de mais chuvas e com possibilidade de ocorrência de ciclones, pelo que ainda podemos ter surpresas de recrudescimento de novas ondas de cheias.

Nos próximos três dias, contando a partir de hoje, prevê-se a ocorrência de chuvas moderadas, localmente fortes nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia e Nampula e, a montante, esperam-se chuvas significativas na África do Sul, Eswatini, Zimbabwe e Malawi.

Prevê-se, ainda, o incremento das descargas na Barragem de Massingir, de 200 para 500 m³/s, o que poderá provocar inundações nas áreas à jusante.

Por isso, mais uma vez, apelamos à vigilância e atenção de todos aos comunicados das entidades competentes, à tomada de medidas de precaução e, sobretudo, à retirada das zonas de risco.

Compatriotas!

Contamos com a participação de todas as moçambicanas e de todos os moçambicanos para continuar esta batalha contra as mudanças climáticas, seguindo o nosso lema de “***Mais Vale Prevenir que Remediar***”!

Muito obrigado pela atenção dispensada!